
Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades

Carlos Walter Porto Gonçalves*

Àqueles que já nos viam vivendo futuramente no puro universo virtual das redes, àqueles que diziam que o horror vivido nesse dia já tinha sido previsto pelos filmes de catástrofe, o dia 11 de setembro [de 2001] fez lembrar, em primeiro lugar, que ainda vivemos e trabalhamos em edifícios de ferro, pedra e vidro, cuja resistência e cujo desgaste nada têm a ver com as telas ou os efeitos especiais, e que, quando desabam, desabam de fato.

Jacques Rancière

De epistemes e de territórios

Limite entre saberes, limite entre disciplinas, limite entre países. Por todo lado se fala que os limites já não são rígidos, que os entes já não são tão “claros, distintos e definidos” como recomendara René Descartes. Cada vez mais se fala de empresas *internacionais*, ou *transnacionais* ou *multinacionais*, assim como se fala de *interdisciplinaridade*, *transdisciplinaridade* ou *multidisciplinaridade*. Enfim, por todo lado são usados os prefixos *inter*, *trans* ou *multi* indicando que as fronteiras, sejam elas epistêmicas, sociológicas ou geográfico-políticas, se é que podemos separá-las, são mais porosas do que se acreditava.

Com isso entra em crise toda uma tradição inventada pelos europeus desde a Renascença com René Descartes, Galileu Galilei, Francis Bacon, Isaac Newton e Jean Bodin entre outros nomes em torno dos quais se constituiu a base do conhecimento científico moderno. Conhecimento moderno esse, diga-se de passagem, que se quer um saber universal e não um saber histórica e geograficamente situado, isto é, europeu. Diríamos que esconder a província

* Geógrafo e Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Autor de vários artigos e livros entre os mais recentes *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad y Amazônia, Amazônias*.

geográfica de sua origem é a primeira condição para se apresentar como um saber que se quer universal, isto é, aquele que parece não ser de lugar algum, atópico, que, assim, surge negando os múltiplos saberes locais e regionais construídos a partir de múltiplas histórias locais e regionais que se desenvolveram até 1492 quando se inicia, então, aquilo que o filósofo político estadunidense Immanuel Wallerstein designará “sistema-mundo”.

Assim, o pensamento moderno europeu coloca-se a si próprio como um saber superior no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais, regionais ou provincianos. Sabemos como esse movimento de colonização do conhecimento pelo pensamento moderno europeu se constrói numa dupla configuração territorial: uma interna aos estados territoriais nascentes, na medida que o outro, interno, é qualificado como provinciano, regional ou que sequer fala uma língua tendo, no máximo, um dialeto; e outra externa na medida que a constituição da unidade territorial interna se dá seja pela expulsão do outros –dos mouros no caso dos dois primeiros estados territoriais modernos (Portugal e Espanha) ou com o encontro com o outro externo que vai perder suas diferentes qualidades (astecas, maias, guaranis, bantos, ashantis ...) para serem chamados, pelos europeus, por um nome geral– indígena ou aborígine que os unifica a todos. É ali, todavia, que o europeu se descobre branco para se distinguir do índio e, depois, se descobre europeu se distinguindo da América inaugurando o chamado novo mundo e, assim, também se distinguindo do mundo muçulmano. As regiões geo-culturais do mundo começam a se desenhar com suas assimetrias características –civilizado e bárbaro (não esqueçamos que o bárbaro de ontem– a Europa não-romana, bem pode ser o civilizado de hoje).

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num *continuum* linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade.

El éxito de la ciencia dio al Estado moderno un modelo legitimador en la toma de decisiones ‘racionales’. El descubrimiento de los hechos verdaderos llevaba a tomar las acciones correctas. En otras palabras, lo Verdadero conducía al Bien. La racionalidad se convirtió en sinónimo de

‘racionalidad científica’ y el conocimiento fue sinónimo de ‘conocimiento científico’. Otras formas de conocimiento e otras apelaciones a la racionalidad, como el conocimiento práctico agrícola, medicinal o artesanal, fueron considerados de segunda categoría’ (Funtowicz e de Marchi, 2000: 58).

A universalidade pretendida pelo pensamento moderno europeu se fez abdicando do espaço geográfico concreto de cada dia, lugar da co-existência do diverso, onde co-habitam diferentes qualidades –animais, plantas, terra, água, homens e mulheres de carne e osso com as suas desigualdades sociais e suas diferenças culturais e individuais de humor e de paixões– para se abstrair matemática onde essas qualidades são postas em suspenso, assim como o pensamento se separa da matéria. É R. D. Laing quem nos lembra que

... essa situação provém de algo que ocorreu na consciência europeia na época de Galileu e Giordano Bruno. Esses dois homens são epítomos de dois paradigmas –Bruno, torturado e queimado na fogueira por afirmar que havia um número infinito de mundos; e Galileu, dizendo que o método científico consistia em estudar este mundo como se nele não houvesse consciência ou criaturas vivas. Galileu chegou a afirmar que somente os fenômenos quantificáveis eram admitidos no domínio da ciência. Ele disse: ‘Aquilo que não pode ser medido e quantificado não é científico’; e na ciência pós-galilaica isso passou a significar: ‘o que não pode ser quantificado não é real’. Esse foi o mais profundo corrompimento da concepção grega da natureza como *physis*, que é algo vivo, sempre em transformação e não divorciado de nós. O programa de Galileu nos oferece um mundo morto, desvinculado da visão, da audição, do paladar, do tato e do olfato –e junto com isso se relegou a sensibilidade ética e a estética, os valores, a qualidade, a alma, a consciência, o espírito. A experiência foi lançada para fora do âmbito do discurso científico. É certo que nada modificou tanto o nosso mundo nos últimos quatrocentos anos quanto o audacioso programa de Galileu (R.D. Laing citado por Capra, 1988: 108-9).

Esse pensamento moderno europeu, hoje em crise, na sua busca de uma verdade objetiva distinguiu objetos “claros e definidos”, retirou o sujeito¹ da relação que, assim, de fora, pelo método científico, isto é, racional, desvendaria os mistérios da natureza para melhor dominá-la. Assim, se ergue todo um conjunto de categorias dualistas características do pensamento moderno europeu –natureza e cultura; sujeito e objeto; matéria e espírito; corpo e mente; razão e emoção; indivíduo e sociedade; ser e pensamento– que, sobretudo depois de Heisenberg, com seu “princípio de incerteza”², já não se sustenta e se vê obrigado a reconhecer que na *Physis* além de “leis da natureza”, ordem e causalidade/necessidade há, também, indeterminação, acaso e caos; que, além do conhecimento científico, existem outras formas de conhecimento e, mesmo, que

o conhecimento está, no mínimo, inscrito na vida (bios)³ e, mais ainda, que esse pensamento atomístico-individualista (Gonçalves, 1989) que opera por dicotomias é mais característico desse pensamento moderno europeu do que do “pensamento selvagem”, aqui para ficarmos com a expressão de Lèvy-Strauss (Lèvy-Strauss, 1989).

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, matéria/mente, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa. Este relativo colapso das distinções dicotômicas repercute-se nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram. (de Sousa Santos, 1996: 39-40).

Explicitemos uma tese central que até aqui está subjacente: os paradigmas não caem do céu. Os paradigmas são instituídos por sujeitos social, histórica e geograficamente situados e, deste modo, a crise desse paradigma é, também, a crise da sociedade e dos sujeitos que o instituíram (Gonçalves, 2001b). Não nos surpreendamos, portanto, quando vemos emergir novos paradigmas e junto com eles novos sujeitos que reivindicam um lugar no mundo. Ou, dito de outra forma, esses sujeitos que muitos chamam novos, embora não o sejam tanto⁴, põem em debate outras questões, outras relações, ele(a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-Existiram, se reinventaram na sua diferença, assim como o europeu é, também, uma invenção na diferença embora na condição de polo dominante no “sistema-mundo”. Afinal, desde que se deu esse extraordinário encontro moderno-colonial (1492), Etienne la Boétie (Boétie, 1982) diria mal-encontro, emergiram culturas e povos diferentes (Baraka) mostrando-nos um mundo muito mais diverso do que faz crer o olhar colonial eurocêntrico ou que vê mais a lógica do capital do que as lógicas dos que a ele resistem.

Hoje é possível defrontarmo-nos com a emergência de matrizes de racionalidades *outras* tecidas a partir de *outros* modos de agir, pensar e sentir, seja na América Latina, na África, na Ásia, entre segmentos sociais não-ocidentais nos Estados Unidos, no Canadá e até mesmo na Europa, com diversas populações indígenas e de afrodescendentes, que clamam por se afirmar diante de um mundo que se acreditou superior porque baseado num conhecimento científico universal (imperial) que colonizou o pensamento científico em todo o mundo desqualificando outras formas de conhecimento.

É interessante observar que grande parte desse encontro (mal-encontro) venha a ser questionado a partir de uma categoria –a natureza– da qual as ciências humanas e sociais ficaram apartadas e as ciências naturais a dividiram e a dissecaram disponibilizando suas descobertas ao capital para que melhor

exercesse sua dominação. É interessante observar que a descoberta das leis da natureza constituía-se num fundamento objetivo que legitimava a sua dominação e, deste modo, a ordem social (moderna) que daí emanava era uma ordem natural porque emanada das leis da natureza.

Deixar fora a natureza tem enormes e graves conseqüências para as ciências sociais, para não dizer para a sociedade mesma. Afinal, significou deixar de fora todo um conjunto de lugares, de regiões e de seus povos e culturas que se forjaram a partir de múltiplas matrizes de racionalidade contribuindo, assim, para a idéia de que havia uma única matriz de racionalidade –a européia– que resumiria no universo de significações que co-mandam suas práticas todas as contradições do mundo moderno e contemporâneo (liberalismo-socialismo, por exemplo). Assim, a relação capital-trabalho passou a comandar a dinâmica societária subestimando o significado da natureza e a importância dos povos que construíram suas práticas e significações numa relação com-a-natureza e não-contra-a-natureza (Serge Moscovici), como a sociedade européia. Na economia, esse debate, por exemplo, se deu desqualificando os pensadores fisiocratas porque defenderiam não só que a natureza é fonte de riqueza mas, também, porque estariam Quesnay, Turgot e Petit defendendo as classes ligadas à agricultura que, por seu turno, estariam condenadas ao desaparecimento em nome do progresso da indústria e da ciência-técnica (e da burguesia industrial emergente, se diz menos).

A natureza volta hoje a ser fonte de intenso debate que põe em xeque mais esse par de categoria dualista do moderno pensamento europeu, qual seja, a dicotomia natureza e cultura. A divisão do trabalho científico entre as ciências naturais e as ciências humanas fica suspensa quando a mudança climática global deixa de ser um tema exclusivo de geógrafos, físicos e meteorologistas e se torna objeto de debate político pondo em xeque a atual matriz energética fossilista vis a vis o futuro da humanidade e do planeta. Acrescente-se, ainda, o enorme interesse que instituições de pesquisa de ponta, como a NASA, vêm manifestando pelo elevadíssimo índice de acerto na previsão do tempo meteorológico que fazem *peritos* das populações tradicionais do sertão semi-árido do nordeste brasileiro, *peritos* esses que nunca entraram numa escola formal. A diversidade biológica torna-se um tema não só biológico, quase sempre destinado aos grandes grupos empresariais mas, também, tema de interesse daquelas populações que detém conhecimentos preciosos sobre espécies animais e vegetais e que hoje disputam os direitos de propriedade intelectual. Como se vê ficam indefinidos não só os limites entre as ciências mas, também, entre diferentes modos de conhecer, já não sendo possível traçar com tanta certeza o limite entre quem sabe e quem não sabe.

E aqui, sabemos, aqueles que até admitem que já não são tão rígidos os limites entre as disciplinas científicas tal e qual foram sendo instituídos no

interior do paradigma hoje em crise; que até admitem que os limites dos estados territoriais já não são tão absolutos como até aqui o moderno pensamento político europeu admitiu, com sua idéia de soberania absoluta, correlata à de espaço absoluto, “claro e distinto”, conforme veremos adiante; não admitem com a mesma ênfase que que não devem ser tão rígidas as linhas demarcatórias, os limites, entre as diferentes matrizes de racionalidade, que precisam mais dialogar do que serem, como até aqui, hierarquizadas e tratadas como inferiores e incapazes de um pensamento superior (seja lá o que isso signifique), como se fossem natureza a ser dominada.

É interessante observar que a emergência desses outros sujeitos sociais vindos de tantos lugares e regiões do mundo se dê numa mesma época em que o próprio pensamento europeu redescobre, como se fôra um renascer, filósofos pré-socráticos⁵ como Heráclito, Demócrito, Epicuro, Anaximandro e tantos outros. A lembrança é aqui fundamental não só pela proximidade que esses pensadores têm com essas outras matrizes de racionalidade hoje emergentes que co-habitam seus espaços com os deuses, que não distinguem espírito de matéria, natureza de cultura, pensamento de ser (Mangabeira, 2001). Esses pensadores pré-socráticos não construíram sistemas filosóficos e doutrinários, como será característico do bom filósofo a partir da crise da democracia grega. Ao contrário, legaram-nos idéias sob a forma de aforismos e, desse modo, seus pensamentos estavam abertos para que o interlocutor com eles interagisse. Uma dialógica era constituinte desses pensamentos/desses pensadores e daí valorizarem tanto a arte da argumentação.

Há uma outra razão, ainda, para essa aproximação entre os chamados pensadores pré-socráticos e essas múltiplas matrizes de racionalidade que emergem à cena política atual. Trata-se de considerar que eles comparecem também ao debate depois de toda a tentativa de expulsá-los da pólis, retirar-lhes o direito a um lugar no mundo. Explico-me: é que foi na crise da democracia grega⁶ que uma determinada razão começou a querer se afirmar não *a partir* da pólis, mas *sobre* a pólis distinguindo a razão verdadeira, o saber filosófico, do saber mítico ou religioso. Aqui o *logos*, a razão, deve ser conduzida com método e se vê como superior a arte da argumentação, à retórica. A partir daqui é como se a sabedoria (*sofia*) deixasse de ter amigos (*filia*) aqui na terra e só nos chegasse após os esforços de algum sábio isolado, livre do trabalho manual e da vida mundana. Assim, a verdade, a razão⁷, não mais habitaria entre os homens e mulheres mortais, como na *ágora*, lugar da democracia, mas, sim, seria trazida de fora como que se fôra ungida por um sábio a partir dos céus (Theo-ria)⁸. Ali se tentava expulsar outras falas, outras razões, para que A Razão se impusesse soberana. Houve, até, um Rei-filósofo que quis impor a lei verdadeira, porque racionalmente constituída, como uma verdade exterior à sociedade. Até mesmo o número de habitantes da pólis foi racionalmente calculado para que a cidade estivesse de acordo com a razão. É com a tentativa dessa Razão Imperial de se

impor que o ser sofista e ser retórico passam ser vistos de modo negativo, apesar de sofista derivar de sabedoria (sofia) e a retórica ser a arte da argumentação, arte do diálogo. São esses “novos bárbaros”, como diria Nietzsche, –zapatistas, seringueiros, indígenas, descapacitados, mulheres, ecologistas, migrantes, sem-documentos, homossexuais, camponeses, negros, hip hoppers, operários e jovens– que voltam à cena política, que recolocam a ágora, isto é, o lugar da política novamente em debate. Mas para que isso se dê, é claro, pressupõe-se que os interlocutores sejam *a priori* considerados qualificados como para o debate, que tenham o direito à fala, à *ágora* e, para isso, é preciso admitir-se que os outros podem ter razão, mesmo sendo outros, e que a razão habita esse mundo, que ela não vem de fora, mas, ao contrário, que ela se instaura entre os seres mortais que povoam a *physis*.

Cornelius Castoriadis (Castoriadis, 1982) insistia que um importante legado que os antigos gregos nos haviam deixado reside na idéia de que são os próprios homens e mulheres que criam seu próprio mundo e nesse magma de significações a razão adquire um lugar destacado. Registre-se que a razão aqui é, sempre, passível de crítica e, por isso e para isso, razão e *ágora*, enquanto *locus* desse debate, se pressupõem. Nenhuma razão fundamental está livre da crítica racional, até mesmo a razão do Rei-filósofo. Eis uma questão que ora se coloca até mesmo pelos fundamentalismos de várias ordens que nos ameaçam de todos os lados e a todos (de Mercado, Islâmicos, Destinos Manifestos e quietais).

Numa época, como a nossa, em que todos os limites estão sendo postos em causa é preciso recuperar a idéia que *limite* emana de pólis, de onde vem a política, como nos ensinam os antigos gregos. É que pólis significava originariamente não a cidade como nos ensinaram mas, sim, o limite, o muro que separa a cidade do campo. Só num segundo momento pólis passou a designar a cidade, ou seja, o que está contido nos muros, nos limites. Mas não olvidemos que política é exatamente a arte de definir os limites^{ix} e, assim, para os gregos, polis e política se pressupõem, assim como cidade e cidadania.

Os Estados territoriais

Desde 1648, com a Paz de Westfália, que uma ordem internacional vem sendo instituída consagrando o Estado Territorial como forma geográfica de organização das sociedades modernas e contemporâneas. Diga-se, de passagem, que à época ainda não era possível falar de Estado Nacional posto que o soberano era o Monarca que se afirmava sobre um espaço delimitado por fronteiras forjadas por meio de alianças (casamentos) e guerras. Soberano era o Príncipe –o Estado– que reinava sobre um território. À época ainda se acreditava que os Reis eram Reis porque ungidos pelos Deuses (todos com maiúsculas) e, até mesmo, porque tinham sangue azul. O Estado Territorial Moderno, essa invenção

genuinamente européia e constitutiva do mundo moderno-colonial, tem essa marca originária de um Estado que nasce como um poderoso instrumento de controle da multidão (Negri e Hardt, 2001), conforme veremos com mais detalhes adiante. Destaquemos, por ora, que essa nova forma de organização do espaço instituída com o Estado Territorial Moderno não por acaso recupera o Direito Romano e “a idéia de que os príncipes e os reis eram por si *legibus solutus*, isto é, isentos de restrições legais” (Anderson, 1984: 27) e, assim, a Razão de Estado se coloca acima dos homens e mulheres comuns, e um direito que se quer universal, o Romano, se coloca acima dos direitos consuetudinários das gentes. Aqui temos a Política sem a *ágora*, a Cidade sem Cidadania, A Razão de Estado contra os “de baixo”. Voltaremos a isso mais adiante.

Destaque-se, ainda, que 1648 é um Tratado entre brancos europeus que estão pactuando entre si, em Westfália, uma reordenação jurídica de uma ordem internacional que mudara radicalmente com a inundação de metais preciosos que fez explodir a ordem mercantil pelo mundo com a exploração da natureza –ouro, prata, especiarias várias, assim como o açúcar entre outras matérias– por meio da servidão indígena e da escravidão dos negros vinda da América, da África e da Ásia. Este era o Novo Mundo. Os princípios de Westfália estão ainda hoje presentes consagrando uma moderno-colonialidade onde a Europa, de um lado, mantinha a América e grande parte da África ao sul do Saara sob seu domínio colonial e, de outro lado, o norte da África e um Oriente, que a Europa não lograra dominar, que abrangia o resto do Mundo Antigo (Oriente Próximo, Oriente Médio e Extremo Oriente), cujos limites, diga-se de passagem, passaram a constituir a Europa, sempre preocupada com a ameaça do Grande Turco. Não é difícil ver aqui a verdadeira obsessão do novo que vai caracterizar a Europa (notas 4 e 6).

É no interior desse novo “*container* de poder” (Giddens, 1989) –os Estados Territoriais Modernos– que as lutas sociais por liberdade, igualdade e fraternidade terão que se haver nesse mundo moderno-colonial. Essa ordem geográfica e política instituída pelos protagonistas que se fazem a si próprios por meio dos Estados Territoriais Nacionais ganha seus contornos mais avançados recentemente com a criação da Organização das Nações Unidas após a 2ª Guerra Mundial. É que o nacionalismo expansionista imperialista havia levado o mundo a duas guerras em cerca de 20 anos (1914-1918 e 1939-1945) envolvendo diretamente os territórios dos Estados Nacionais situados no polo dominante da ordem moderno-colonial e, somente por isso, se entende que tenham sido chamadas Guerras Mundiais. A partir daqui se esboça a configuração de uma nova territorialidade que Negri e Hardt chamarão de Império, que não reconhece nenhuma externalidade, e se quer, portanto, trans-nacional, global e planetária. A partir de então passamos a uma ordem internacional instável convivência contraditória entre protagonistas que se fazem a si mesmos por meio de distintos regimes de produção territoriais de poder como os Estados Nacionais, o Imperialismo e o Império instaurando um verdadeiro “caos sistêmico”

Trata-se de uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” –a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem!– tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (Arrighi, 1994: 30).

Podemos ver agora que a configuração geopolítica da chamada Guerra Fria, conformando um determinado regime de produção de poder reduzido ao binômio Capitalismo e Socialismo ou Estado e Mercado (mais uma par daquelas categorias dualistas que tão bem caracterizam o pensamento europeu ocidental), nem de longe conseguia dar conta das múltiplas manifestações de desejo de liberdade, justiça e igualdade que veremos explodir e que vêm à cena política enquanto *desplazados*, refugiados, migrantes, estes cada vez em maior número, ou enquanto movimentos sociais que clamam por demarcação de territórios (camponeses, indígenas, comunidades negras, entre outros); que apontam para outras formas de re-ligação (re-ligare) étnico e/ou religiosa; outros que apontam para as desigualdades sociais, de gênero ou, ainda, todo o quadro de dilapidação das condições naturais da existência postas em risco por um poderoso sistema científico-técnico-informacional moderno-colonial que já mereceu de alguns teóricos, como U. Beck (Beck, 1992), a caracterização de “sociedade de risco”¹⁰.

Assim, diante do que Arrighi chamou de “caos sistêmico” é preciso ver mais do que “um Estado ou grupo de estados” que venha a exercer a hegemonia e, sim, ver que qualquer configuração territorial que venha a se estabelecer enquanto uma determinada ordem sistêmica será instituída por protagonistas histórica e geograficamente situados que são esses que estão buscando re-significar o mundo e, assim, é toda a questão dos limites que está posta. E limites, já o vimos, é a própria natureza da política.

Vimos como, para os gregos, Cidade e Cidadania ou Polis e Política não se excluem assim como Espírito e Matéria, e que são muito menos nítidos do que se acreditara os limites que separam o *logos*, a razão, da emoção, da paixão. Deste modo, não só a divisão do trabalho científico –as diversas disciplinas, por exemplo– está posta em xeque mas, também, a relação do conhecimento científico com outras formas de conhecimento e, por conseqüência, com aqueles que são portadores desses outros conhecimentos, com todas as implicações social e política que essa questão nos coloca.

São novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar.

Recuperando o espaço geográfico para uma teoria social crítica

... a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades da percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês (geógrafos). Há um tema que gostaria de estudar nos próximos anos: o exército como matriz de organização e de saber –a necessidade de estudar a fortaleza, a ‘campanha’, o ‘movimento’, a colônia, o território. A geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo

Michel Foucault

Há na tradição hegemônica do pensamento europeu ocidental uma supremacia do tempo em relação ao espaço, sobretudo na moderno-colonialidade. O progresso é, quase sempre, algo que se dá enquanto mudança qualitativa no tempo, daí poder dizer-se que aquele povo ou aquela região é atrasado/a ou adiantado/a, como se houvesse um relógio ou, mais precisamente, um cronômetro cultural. Não só a Europa ocupa o panteão da civilização diante dos outros povos e das outras regiões que vivem mais perto do estado de natureza, no *continuum* já aludido, como, também, o progresso está num pólo ativo –a Europa Norte Ocidental, os Estados Unidos, o Japão– de onde se expandirá, ao longo do tempo, para os outros lugares que, assim, são passivos.

Até mesmo a utopia é um não-lugar, ou melhor, é um lugar imaginário que se situa num outro tempo melhor que o nosso tempo, longe do nosso espaço do aqui-e-agora.

O *time is money*, uma das máximas centrais de uma sociedade mercantil que se institui a partir da Renascença –é só mais uma das indicações da sobrevalorização, nesta sociedade, do tempo sobre o espaço. Afinal, não se diz *space is money*, muito embora saibamos que não sendo a riqueza redutível à sua expressão simbólica –o dinheiro– a constituição da sociedade mercantil européia implicou, desde o início, a conexão com outros mundos de vida de onde provinha a matéria tangível (ouro e prata, por exemplo).

A produtividade, outro desses categoremas que constitui o magma de significações do mundo moderno-colonial é, também, temporal, pois indica um

quantum produzido numa determinada unidade de tempo, assim como a rentabilidade só pode ser apreciada num marco temporal.

Considere-se, ainda, a velocidade, essa verdadeira obsessão do capitalismo moderno-colonial, e lá veremos, também, a busca, a todo custo, da supressão do espaço pelo tempo. Afinal, se é tanto mais veloz quanto mais espaço percorremos na mesma unidade de tempo –quilómetro/hora, metro/segundo. É nesse contexto de significações que faz sentido chamar alguém, desqualificando-o, de atrasado ou lento.

Até mesmo a coordenada geográfica –a latitude e a longitude– que enquadra o espaço o faz por meio do tempo, isto é, em grau, minuto e segundo¹¹. Consideremos, de passagem, que estabelecer o parâmetro do tempo do mundo pelo meridiano de Greenwich é um marco de afirmação de uma Europa Norte Ocidental que, assim, se distingue, sob o manto da Ciência, de uma outra Europa, a Mediterrânea Ibérico-genovesa, cuja hegemonia se afirmou, sob a bula de um Papa de Roma, dividindo o mundo pelo meridiano de Tordesilhas. Sempre um meridiano marcando o mundo, geografando. A partir de então o relógio¹², máquina do tempo e, segundo Lewis Mumford (Mumford, 1973), a primeira máquina verdadeiramente moderna, consagra a hegemonia do tempo como categoria hegemônica sob o ponto de vista do pólo hegemônico da moderno-colonialidade.

Nem mesmo um pensador marxista da estatura de L. Althusser escapou a essa tradição que desqualifica o espaço: “O recurso às metáforas espaciais, de que [...] o presente texto faz uso coloca um problema teórico: o das suas condições de existência em um discurso com pretensão científica. Este problema pode ser exposto da maneira seguinte: por que um certo tipo de discurso requer necessariamente o uso de metáforas retiradas de discursos não científicos?” (Foucault, 1976).

Assim, o espaço como o aqui-e-agora e, platonicamente, *locus* das imperfeições mundanas, parece nos condicionar e, assim, nos impedir de ser livres. A idéia da liberdade como um pássaro voando é mais uma dessas imagens fortes que privilegia o tempo em detrimento do espaço –diz-se, o tempo voa–, muito embora sejamos obrigados a lembrar, com Imanuel Kant, que o vôo do pássaro, por mais que implique o afastamento do espaço concreto do dia a dia com suas coações, só é possível pelo atrito do pássaro com o ar. Não há liberdade sem atrito. Não se escapa da materialidade voando.

Associe-se a essa imagem uma outra, igualmente forte na tradição européia ocidental, do intelectual que deveria se retirar da vida mundana –o espaço nosso de cada dia– para, pelo pensamento livre de qualquer coação, aceder à verdade. São enormes os efeitos que daí advêm como a sobrevalorização do trabalho intelectual, abstrato, em relação ao trabalho braçal, concreto, assim como toda

uma topologia inscrita no discurso político entre o superior e o inferior, entre os ‘de baixo’ e os ‘de cima’, entre aqueles que vêm longe porque vêm do alto (*panopticum*) e os que têm visão curta porque não têm horizontes amplos.

O filósofo Michel Foucault teve o mérito de recuperar o significado do espaço e o fez não como uma categoria antagônica ao tempo. É ele quem nos diz que

Seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. [...]. O espaço era o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético.

A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse de espaço, é porque era contra o tempo. É porque ‘negava a história’, como diziam os tolos, é porque era ‘tecnocrata’. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos –históricos certamente– de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados (Foucault, 1979: 158-9).

Eis o cerne da questão captado por Foucault –a relação íntima entre espaço e poder– que já havíamos adiantado. E aqui toda a questão do poder se revela na medida que as *delimitações*, os *recortes de objetos*, as *classificações*, as *organizações de domínios* sendo *procedimentos de poder* afirmam o poder ainda mais quando “*a descrição espacializante dos fatos discursivos [que nos proporcionaria] análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados*” não é considerada, como nos disse acima Foucault.

A geografia foi um desses saberes práticos que renasceu na constituição do mundo moderno-colonial antes mesmo de a Geografia se constituir como um saber com pretensões científicas no século XIX¹³. A palavra geógrafo aparece em 1537 para designar ‘o funcionário do Rei fazer mapa’, ou seja, aquele especialista em re-presentar o espaço, em delimitar as fronteiras para o Estado Territorial nascente. Não olvidemos que ao mesmo tempo que o espaço se torna fundamental para o controle por parte do Estado Absolutista nascente, exatamente por isso, se coloca muito mais como uma questão prática, de procedimentos de controle, do que de interesse teórico. O espaço, como o poder absoluto, não está em discussão.

A perspectiva, outro saber que se desenvolve a partir da Renascença como olhar matemático, se quer, por isso, objetiva. Todavia, perspectiva é, paradoxalmente, olhar a partir de um ponto de vista e, com isso, trás desde a

origem um sujeito que observa que, assim, se esconde por trás da objetividade da abstração matemática. Mais tarde, com a ajuda da estatística (staat + istik, do alemão) ciência de estado, os geógrafos se encarregarão de proporcionar as condições para a organização do espaço¹⁴ (*aménagement du territoire*, dizem os franceses) para que o Estado Territorial Moderno se afirmasse (Gonçalves, 1996).

O espaço geográfico e o território se colocam, assim, como conceitos chaves para a compreensão dos complexos processos que ora põem em crise o mundo moderno-colonial até porque são conceitos que historicamente estão ligados a esse mundo que os criou. Afinal, uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje diz respeito, exatamente, às novas grafias na terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo¹⁵. Assim, se impõe, de imediato, a necessidade de des-substantivar o espaço geográfico posto que, quase sempre, é visto como uma realidade objetiva exterior à sociedade.

A perspectiva tradicional de não considerar a geograficidade do mundo tem implicações importantes para as ciências sociais, para não dizer para a sociedade mesma. O território, por exemplo, é considerado como um suporte, como se fôra uma base da sociedade e, como tal, algo sobre o que a sociedade se ergue que, todavia, não tem maiores implicações sobre o devir. Seus limites fronteiriços são vistos como um invólucro externo que delimita a soberania entre Estados como se esse limites externos não contivessem as marcas dos protagonistas internos que os instituíram¹⁶.

Ora, é preciso considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar-junto (proxemia) o que implica, sempre, que toda sociedade ao se instituir enquanto tal o faz construindo o seu-espaço não cabendo, pois, uma separação entre o social e o geográfico, separação esta que, num segundo momento lógico, serve para estabelecer uma relação de causalidade seja da sociedade para o espaço (sociologismo), seja do espaço para a sociedade (espacismo, geografismo). O ser social é indissociável do estar.

A sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica. A expressão, por certo, causa um certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história. Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente.

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir

um Estado. O território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação –territorialização– enseja identidades –territorialidades– que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989). Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material. É preciso recuperar essa dimensão material sobretudo nesse momento como o que vivemos em que se dá cada vez mais importância à dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material.

É preciso considerar aqui que a geograficidade vai além das condições naturais, como é aceito nas ciências sociais. Com certeza, a natureza faz parte da materialidade que constitui o espaço geográfico. E aqui não se admite uma distinção, tão cara ao pensamento dualista dicotomizante, entre o material e o simbólico. Consideramos, ao contrário, que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica.

Não nos sintamos confortáveis com essa observação, como se ela nos tivesse livrado de um empirismo ou de um materialismo vulgar, posto que ela nos coloca diante de enormes desafios tanto teóricos como, sobretudo, políticos. Afinal, não estamos habituados a trabalhar com a complexidade da relação entre o material e o simbólico e, por isso, ora optamos por um, ora por outro¹⁷. Consideremos a palavra água que, enquanto palavra, é o duplo (simbólico) da (matéria) água. Embora a palavra seja fundamental para nos relacionarmos socialmente, a palavra água enquanto tal não pode nos saciar a sede. Há uma dimensão da matéria que é irredutível ao simbólico.

Por mais que o capital financeiro, dito volátil, queira impor sua lógica simbólica matemática e abstrata ao mundo há uma materialidade que concerne à produção da vida que é irredutível à lógica financeira. O Oriente Médio e, se vê agora, a Ásia Central, são disso a maior expressão na medida que ali dormem as principais reservas mundiais de petróleo. Numa outra linguagem, talvez mais esclarecedora, há ali concentração de energia e, portanto, concentração de capacidade de trabalho¹⁸ como nos ensinam os físicos. O conhecimento científico e a tecnologia para explorar o petróleo, como conhecimento científico e tecnológico enquanto tais, não produzem o petróleo na sua materialidade. Na verdade o extrai e somente na medida que tenha o controle jurídico e político das jazidas e, assim, controle e mobilize o trabalho necessário para isso e, por aí, é diante de toda uma territorialidade (no atual contexto, capitalista) que nos encontramos. O conhecimento acerca da molécula de carbono não produz o petróleo que, nas proporções existentes nas regiões indicadas, foi produzido num

tempo geológico que mineralizou matéria viva fotossintetizada há milhões de anos atrás (daí dizer-se recurso não-renovável). Aqueles que detêm o conhecimento e o poder econômico de exploração desta riqueza, por mais poder que detenham, e detêm bem o sabemos, não têm o poder de produzir o petróleo enquanto tal, nem sua localização, e é essa tentativa de suprimir a geografia pela história que é toda a história real e concreta na sua materialidade, na sua geograficidade. Toda essa materialidade, todavia, tem tido efeitos dramáticos, como os que hoje abalam o mundo, pela centralidade que os combustíveis fósseis têm no interior do atual complexo industrial e de poder. Deste modo, a geografia, ela mesma sociedade e natureza, teima em co-agir, com sua materialidade própria.

Há limites, sempre vagos e imprecisos, é claro, entre o material e o simbólico e, por isso, é sempre possível de-*signar* os entes de modo diferente, dar nomes distintos, tornados igualmente (socialmente) próprios. E os nomes próprios, sabemos, são apropriações do mundo, são invenções de mundo. Vejamos o que nos diz a respeito Ernst Cassirer:

A classificação é uma das características fundamentais da linguagem humana. O próprio ato de denominação depende de um processo de classificação. Dar nome a um objeto ou a uma ação equívale a incluí-lo em certo conceito de classe. Se esta inclusão fosse, de uma vez por todas, prescrita pela natureza das coisas, seria única e uniforme. Entretanto, os nomes que ocorrem na linguagem humana não podem ser interpretados desta maneira invariável. Não se destinam a referir-se a coisas substanciais, a entidades independentes que existem por si mesmas. São antes determinados por interesses e propósitos humanos, que não são fixos nem invariáveis. Nem são feitas ao acaso as classificações que se encontram na linguagem humana; baseiam-se em certos elementos constantes, que se repetem, da nossa experiência sensorial. Sem tais repetições não haveria posição segura nem ponto de apoio para nossos conceitos lingüísticos (Cassirer, 1977: 212-3).

E assim vemos reaparecer a tensão constitutiva (criativa) entre o material e o simbólico, entre a linguagem e *certos elementos constantes, que se repetem, da nossa experiência sensorial*⁹. O geógrafo brasileiro Milton Santos (Santos, 1996) insiste nessa indivisibilidade entre o material e o simbólico dizendo que o espaço geográfico “é um misto, um híbrido, formado da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço” “...O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido. Nesse sentido não há significações independentes dos objetos” (Santos, 1996: 234 e 70).

Estamos assim longe de uma outra característica do pensamento hegemônico no mundo ocidental de se recolher na abstração matemática sobrevalorizando a quantidade em detrimento da qualidade. No espaço da geometria a quantidade assinala a variação do mesmo, enquanto o espaço geográfico contém a materialidade como um atributo onde co-existem os diferentes, diversos entes. Aqui a geografia revela todo o seu desconforto diante do paradigma hegemônico dualista e dicotomizante na medida que ‘a relação espacial, inapreensível pelas estruturas clássicas de ação e de representação, é inteligível como um princípio de coexistência da diversidade’ (Sodré, 1988: 18) e constitui uma garantia do exercício de possibilidades múltiplas de comunicação (Santos, 1996: 255) o que levou Muniz Sodré a reconhecer que há uma dimensão territorial ou uma lógica geográfica da cultura (Sodré, 1988: 15).

Essa co-existência do diverso, essa contigüidade característica do espaço nosso de cada dia, que inspirou Milton Santos a ousar chamá-lo *espaço banal*, nos mostra que o espaço geográfico requer uma abordagem complexa que supere o pensamento reducionista atomístico-individualista. Vejamos:

os economistas também se preocupam com essa questão da proximidade, a distância sendo considerada como um fator relevante na estruturação do comércio internacional (Berthelot, 1994: 15-16) . Mas a proximidade que interessa ao geógrafo não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas relações. É assim que a proximidade, diz J.-L. Guigou (Guigou, 1995: 56) ‘pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo identidade.

O papel da vizinhança na produção da consciência é mostrado por J. Duvignaud (Duvignaud, 1977: 20), quando identifica na ‘densidade social’ produzida pela fermentação dos homens em um mesmo espaço fechado, uma ‘acumulação que provoca uma mudança surpreendente’ movida pela afetividade e pela paixão, e levando a uma percepção global, ‘holista’, do mundo e dos homens (Santos, 1996: 255)²⁰.

Embora queiramos nesta parte salientar o significado dos conceitos de território e da geograficidade do socio-histórico, talvez valha a pena sublinhar que o espaço geográfico do período atual é, sobretudo, um meio técnico-científico-informacional (Milton Santos). Nele os objetos são, principalmente, objetos técnicos e, assim, têm dentro de si uma intencionalidade –uma hipertelia, uma máxima intencionalidade, como nos sugere G. Simondon (Simondon, 1989). Um objeto técnico concreto (G. Simondon) pretende ser “a mais perfeita convergência entre a tecnologia e a função desejada, perfeição impossível de ser alcançada na natureza” (Santos, 1996: 233).

Aqui se vê que a perfeição do objeto técnico é tanto maior quanto mais reduzido à intencionalidade. O que se procura com os objetos técnicos que cada vez mais povoam nosso cotidiano “é um aumento da eficácia da ação que depende do grau de certeza com que é exercida –just in time, just in space– e a informação contida nos objetos técnicos procura diminuir a incerteza” (Santos, 1996: 237-8).

A técnica tornada “uma espécie de princípio para toda atividade, toda coisa” é, em si mesma, “um princípio de racionalidade”, diz Marc Humbert (Humbert, 1991: 54). Investida nos objetos, aparece como uma “lógica inscrita, graças ao engenheiro, na natureza das coisas”(Latour, 1989: 21; Gras, 1993: 218). Há, desse modo, no objeto técnico, a prévia determinação de uma racionalidade, “uma forma predeterminada de ação sobre a natureza” graças à “conexão imediata da tecnologia com as atividades práticas da vida (Santos, 1996: 238).

E Langdon Winner (Winner, 1985) explicita a relação entre a tecnologia, espaço e poder, quando nos diz que “as inovações tecnológicas lembram os atos legislativos ou políticos que estabelecem um quadro para a ordem pública capaz de resistir às gerações. Por isso a mesma atenção que se dá às regras, papéis e relações públicas deve ser dada também às coisas como construção de estradas, criação de redes televisivas e o recorte de traços aparentemente insignificantes em novas máquinas” (Winner, 1985: 30-31).

Devemos, aqui, retomar a idéia já várias vezes invocada que o espaço geográfico é *locus* de co-existência do diverso, natureza e cultura ao mesmo tempo, lugar dessa contigüidade característica que é o espaço nosso de cada dia. Isto porque

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar –um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições– cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade [...] O território compartilhado impõe a interdependência como práxis, e essa ‘base de operações’ da ‘comunidade’ no dizer de Parsons [...] constitui uma mediação inevitável para o exercício dos papéis específicos de cada qual, conforme realça B. Werlen (Santos, 1996: 257-8).

Assim, o espaço geográfico é “uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (Santos, 1996: 257). Deste modo, considerar a geograficidade é fazer com que a história se reconcilie com a vida na materialidade da relação sociedade-natureza na medida que o espaço inclui essa ‘conexão materialística de um homem com o outro’ (Marx e Engels, 1947: 18-19).

Explicitemos, portanto, que a geograficidade nas suas dimensões espacial e natural nos obriga a considerar a simultaneidade dos eventos e não somente a sucessão. Assim, nos é possível ver que aquilo que até aqui tem sido considerado mundo moderno, centrado na dinâmica européia, estadunidense e japonesa é indissociável da colonialidade pois da América Latina e Caribe, da África e da Ásia é que proveio grande parte da energia que move esse mundo seja na forma da matéria petróleo, seja do ouro, da prata, das riquezas minerais ou agrícolas que, sabemos, nunca é só matéria mas, também, trabalho (e não há trabalho sem energia) servil, escravo ou sub-assalariado.

E tão importante quanto essa compreensão que inspirou vários intelectuais é ver como todo esse processo é percebido por aqueles que, cada vez mais, sofrem os efeitos de decisões tomadas à distância (televisão²¹, teledetecção, tele-ação), cujas ações, quase sempre, são tomadas em função da dimensão econômica. À unidimensionalidade dos que tomam as decisões se contrapõe a multidimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, *locus* de conformação da subjetividade. A percepção remota, o sensoramento remoto, ignora a percepção imediata do espaço vivido.

Essas tensões de territorialidades nos obrigam a considerar a passagem acusada por Foucault da “sociedade disciplinar” para uma “sociedade de controle”. Assim, os espaços de conformação da subjetividade –a família, a escola, o asilo, a prisão, a fábrica, o estado-nação, o mundo–

...não [são] mais definido[s] da mesma maneira. A crise significa, em outras palavras, que hoje os *cercados* que costumavam definir o espaço limitado das instituições foram derrubados, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha por todo o terreno social (Negri e Hardt, 2001: 216; grifos meus).

Ou ainda quando nos falam que

...a paisagem urbana está mudando do foco moderno da praça comum e do encontro público para os espaços fechados dos *shopping centers*, das *freeways* e das comunidades fechadas. [...] O espaço público tem sido a tal ponto privatizado que já não faz sentido entender a organização social em termos de uma dialética entre os espaços público e privado, entre o dentro e o fora”. [...] A noção liberal do público, o lugar exterior onde agimos na presença de outros, foi universalizada (porque estamos sempre sob o olhar de

outros, monitorados por câmaras de sistemas de segurança) e sublimada ou desfetivada nos espaços virtuais do espetáculo (Negri e Hardt, 2001: 208).

Destaco aqui, pela extrema lucidez dessa compreensão, como tudo isso é captado a partir de outros lugares. Passemos a palavra a Victor de Gennaro, Secretário geral da Central de Trabajadores Argentinos. Em entrevista à pesquisadora Ana Esther Ceceña (Ceceña, 2001) ele nos oferece uma lúcida análise da implantação do projeto neoliberal na Argentina onde destaca que

... la contrarrevolución no era solamente la represión, era la desestructuración social, y vimos que de la clase trabajadora 72% era precario. Eran los momentos de mayor auge del pensamiento único, cuando se pregonaba el fin del trabajo –y realmente estaba en cuestionamiento hasta eso, si íbamos a seguir existiendo como trabajadores. Nosotros apostamos a que no, a que no nos iban a hacer desaparecer, a que la riqueza la sigue generando el trabajo y a idear formas nuevas de organización pero desde la misma esencia, desde la recuperación de la identidad.

Reconstituir esto nos abrió una nueva mentalidad y descubrimos que el nuevo lugar donde los trabajadores nos nucleamos, donde estamos todos los días, es el barrio. Esto se sintetizó en la frase “la nueva fábrica es el barrio”. La fábrica o lugar de trabajo donde uno se formaba, donde aprendía la historia, donde se construía y recuperaba la identidad y la memoria como trabajador hoy no existe más. Evidentemente hay que ir a organizarnos en el barrio y para esto se creó la afiliación directa para todo trabajador que viva de su trabajo. Se trata de un compañero de clase que tiene que volver a reconstituirse. Fue un tiempo muy difícil y aunque la resistencia al modelo de privatizaciones y de exclusión iba teniendo algunas victorias defensivas, lo más importante es que empezamos a ver que nos devolvía a nuestros compañeros: ex metalúrgicos, ex textiles, ex, ex, ex trabajadores, empezaban a acercarse y organizarse en calidad de trabajadores precarios.

Tuvimos experiencias maravillosas como la Federación de Tierra, Vivienda y Habitat que nos acercaba pobladores, trabajadores rurales, sectores que tienen que ver con la tierra, o los aborígenes, o las trabajadoras sexuales, organizaciones que jamás hubieran estado como trabajadores en una central (Ceceña, 2001: 63).

Observemos, ainda, como um novo espaço se coloca no horizonte dos protagonistas a partir das contradições do próprio processo de reorganização societário. A seguir, Victor de Gennaro nos brinda com uma clara apreensão de que a divisão setorial, assim como as distinções entre trabalhadores, já não podem ser tratadas com os mesmos paradigmas no período atual que ele, também, distingue.

La lucha sectorial es una lucha defensiva, más fácil, que rápidamente logra unificarse en torno a un programa de reivindicaciones. Pero en estas nuevas condiciones es distinto. Por ejemplo, en un hospital, donde todos son trabajadores de la salud, la propensión, si los alienta, es la de marcar las diferencias: los médicos son una cosa, las enfermeras son otra, los radiólogos otra y los trabajadores de mantenimiento también. Pero en realidad esta etapa del capitalismo, de globalización, de concentración, demuestra que no hay una política de salud. Es indispensable unificar a todos los trabajadores tras una gran bandera que es discutir la salud como política. Y discutir todo el sector salud, todo el proyecto de enfermedad que nos venden, no la privatización, sino un proyecto de salud, implicaba dos cosas: unificar a los sectores que iban a recibir salud. Si la comunidad no disputa un tipo de salud diferente y acepta esto que le venden, muy difícilmente podemos alcanzar reivindicaciones más naturales. En síntesis, no habrá carrera sanitaria para las enfermeras si no hay posibilidad de que un pueblo pelee por tener salud y ejerza su derecho a la salud (Ceceña, 2001: 64).

Ana Esther Ceceña, que entrevista a Victor de Gennaro, ajuda-nos a compreender a significação do território quando nos diz que

En octubre del año 2000 La Matanza, un barrio obrero (ahora en gran medida de desempleados) del Gran Buenos Aires, organizó el bloqueo de la carretera más importante del país en términos económicos. Se trató de una lucha ‘pueblada’ como dicen los argentinos, porque involucró a todos los integrantes del barrio, con distintas estrategias de sobrevivencia y distintas modalidades y experiencias de lucha. El episodio de La Matanza constituyó un aprendizaje en las potencialidades del sentido territorial de las nuevas formas de organización de la población, al tiempo que evidencia el carácter antipopular del gobierno, a pocos meses de haber asumido. El gobierno tuvo que firmar un convenio con los insurrectos de La Matanza, aceptando todas sus exigencias (Ceceña, 2001: 65).

Quase um ano depois, em 24 de julho de 2001, os desempregados, cada vez mais conhecidos como piqueteiros, realizavam no Santuário do Sagrado Coração de Jesus, na mesma La Matanza, um congresso nacional com mais de 2000 delegados. Um ex-metalúrgico, Claudio Landone, deixa claro de onde esse movimento retira sua força quando declara “eu não posso fazer greve, porque fui demitido de uma fábrica que faliu. Faço piquetes” (*Correio Brasiliense* 22/07/01).

Com esses “cortes de ruta”, os piquetes, torna-se, pelo conflito, evidente o significado cada dia maior do espaço como um todo –“la nueva fábrica es el barrio”– pela importância que adquirem a distribuição e a circulação num mundo em que há uma intensa fabricação capitalística da subjetividade (Felix Guatarri)

via *mass media*. Nesses piquetes a lógica do trabalho abstrato é bloqueada por aqueles que não querem se tornar meros objetos e, assim, afirmam sua subjetividade concretamente bloqueando as rotas, bloqueando a velocidade. Afinal, quanto mais os meios de comunicação estimulam simbolicamente os desejos, menos podem prescindir que os objetos circulem concretamente pelas estradas, pelas vias públicas. Aqui, pelos piquetes –já que “eu não posso fazer greve”– a geograficidade do social na sua subjetividade materializada se mostra como contradição.

No caso argentino, e sabemos que não só nele, a subordinação aos ditames do mundo financeiro, à lógica do dinheiro em estado puro que ignora a complexa materialidade inscrita no espaço geográfico de cada dia, implicou “30.000 compañeros desaparecidos, la mayoría trabajadores ou dirigentes sindicales, más de 100.000 presos y detenidos, más de 500.000 exilados, pero además más de medio millón de delegados activistas despedidos de las fábricas” (Ceceña, 2001: 63). Assim, mais do que um mundo que funciona em rede, que sobrevaloriza o mundo da virtualidade onde a fluxo do símbolo-maior –o dinheiro– se dá sem atrito, há uma desmaterialização cruel e, até mesmo, macabra.

Um mundo em busca de novas territorialidades

Com a criação da ONU que, trás em seu seio o Estado Territorial já consagrado em 1648, o mundo pós 2ª Guerra Mundial vê instaurar-se, paradoxalmente, o que Giovanni Arrighi chamara de “caos sistêmico”. Aqui é preciso saber tomar partido do privilégio do tempo que torna possível explicitar tendências históricas²² que à época apenas se esboçavam. De fato, a ONU, com todas as contradições que marcam a sua existência, indica a passagem de um sistema internacional para um sistema global, imperial, na medida que “aponta [...] igualmente para uma nova fonte positiva de produção jurídica, *eficaz em escala global – um novo centro de produção normativa que pode desempenhar um papel jurídico soberano*” (Negri e Hardt, 2001: 22. grifos meus).

Esse “caos sistêmico” abriga regimes de produção de poder com configurações territoriais contraditórias como o Estado Nacional, o Imperialismo, o Império –que se quer uma ordem global supranacional– e, ainda, múltiplos protagonistas (camponesa(e)s, indígenas, negro(a)s, mulheres, ambientalistas, trabalhadore(a)s assalariado(a)s que r-existem com/contra essas diferentes ordens e que são portadores de múltiplas territorialidades potenciais.

Afinal, como falar do fim ou da diminuição do poder dos Estados Territoriais Nacionais quando, exatamente após o fim da 2ª Guerra Mundial, se multiplica o número de Estados Territoriais Nacionais ? No entanto, é preciso observarmos que o surgimento de mais de uma centena de novos Estados Territoriais Nacionais

após a 2ª Guerra se deu, sobretudo, na África e na Ásia. Na América Latina o neocolonialismo já havia se instaurado desde o século XIX consolidando o deslocamento da hegemonia de Tordesilhas para Greenwich, ou melhor, do mundo mediterrâneo (Portugal, Espanha e Gênova) para o Mar do Norte (Inglaterra, França e, depois, Alemanha). Diga-se, ainda, que os nascentes Estados americanos mantiveram no poder os descendentes dos brancos europeus –os crioulos, na América espanhola– negando-se aos indígenas e negros até mesmo a condição de assalariados (Quijano, 2000). O colonialismo interno é mais do que dominação regional, como quase sempre é considerado. Há uma clara clivagem racial e de classe que atravessa as novas formações nacionais trazendo para o seu interior a clivagem moderno-colonial já várias vezes aqui invocada.

A ordem imperial – antes de tudo, financeira

Desfaçamos, logo de início e ainda que rapidamente, um dos principais mitos que nos tem sido imposto na caracterização dessa nova configuração de poder, que Negri e Hardt chamam de Império, que diz respeito ao do papel que nela joga a revolução tecnológica, sobretudo, a telemática com tudo que ela implica. Tudo parece derivar do que se vem chamando revolução tecnológica em curso sem que se esclareça quem põe em movimento essa revolução tecnológica, como se fosse um processo espontâneo, natural. Quando observamos os principais setores onde essas novas tecnologias vêm se afirmando –o militar, o financeiro e os dos meios de comunicação de massas– já nos indicam possíveis protagonistas desse processo. Os atentados de 11 de setembro de 2001 sinalizam essa tríplice dimensão do poder imperial, não só por ter sido atingido o Pentágono, símbolo do poder militar, o World Trade Center, símbolo *par excellence* e do capital financeiro²³ transmitido ao vídeo em tempo-real, mas também, por indicar que não reconhecendo o Império externalidade não há mais um fora e um dentro o eu reforça as análises de Negri e Hardt, ou mesmo de David Harvey (Harvey, 1989), de que nos encontramos diante de novas percepções espaço-temporais, outro modo de dizer que nos encontramos diante de novas territorialidades em tensão.

Essa ordem imperial se apresenta como uma tentativa de superar uma crise profunda da ideologia nacionalista que havia sido levada ao paroxismo com o imperialismo²⁴ por meio de duas guerras em menos de 40 anos e, mais envolvendo, o território do pólo hegemônico da ordem moderno-colonial. Ainda em plena 2ª Guerra Mundial começa a se desenhar uma ordem financeira que se quer acima dos Estados Territoriais Nacionais e que, contraditoriamente, convive com o imperialismo dando ensejo, assim, a uma das tensões territoriais constitutivas dos dias que correm. Vejamos:

De todos os lados do conflito, a ação das classes dominantes ultrapassou os limites nacionais. [...] os Aliados imprimiram um caráter supranacional ao que inicialmente havia sido um mero acordo militar, a Declaração das Nações Unidas, assinada em janeiro de 1942 por 26 países, explicitava tais objetivos. A partir de 1944 foram tomadas medidas para converter as Nações Unidas numa organização de caráter permanente. Noutra plano, a Conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944, estabeleceu o sistema monetário e financeiro que viria reger o mundo após o conflito, projetando o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional. Qualquer que tivesse sido o vencedor, a paz assentaria em instituições supranacionais. Mais ainda significativos do que a internacionalização no interior de cada um dos blocos beligerantes foram os interesse comuns que os uniram a todos e os contatos que eles tiveram lugar. [...] Com base nestes interesses sociais comuns aos capitalistas de ambos os lados teceram-se, apesar do conflito, e para além das clivagens militares, políticas e ideológicas, contatos institucionais permanentes, no âmbito do Banco de Pagamentos Internacionais. Este banco fora estabelecido em Basileia, na Suíça, em 1930, para permitir a cooperação técnica entre bancos centrais dos vários país, e o seu Conselho de Administração ainda hoje é composto em parte por governadores de bancos centrais (Bernardo, 2000: 52-53).

Tal como aquele corpo de juristas que a partir do Renascimento recuperara o direito romano para ensejar a nova ordem geográfica e jurídico-política com base na propriedade privada (absoluta) incondicional e na soberania (absoluta) mutuamente excludente que nos deu o Estado Territorial Moderno, vemos emergir um novo protagonista que são os gestores financeiros que se colocam enquanto gestores de uma territorialidade imperial que se pensa não imperialista.

Em que pese o enorme significado político desses novos protagonistas das finanças mundiais –FMI, BIRD, Banco de Pagamentos Internacionais– sua lógica capitalista puramente fundada no dinheiro (D–D’) não pode prescindir da mediação das mercadorias (D–M–D’) e, conseqüentemente, das implicações materiais-simbólicas e, portanto, territoriais. Aqui é toda a contradição entre o dinheiro e a riqueza que está a se manifestar, enfim, a contradição entre a expressão simbólica da riqueza –o dinheiro– e a riqueza mesma.

A tensão de territorialidades desencadeada pela hegemonia política cada vez maior dos gestores financeiros se faz sentir com toda a força quando se tem que reduzir as moedas a uma única moeda, sobretudo quando essa moeda é uma moeda nacional, o dólar estadunidense, como tem sido o caso. Assim, a tendência para o império, característica dos gestores das finanças mundiais, se vê contraditoriamente apoiando o velho imperialismo e, com isso, reavivando a lógica territorialista nacionalista que, por sua lógica própria, teria que superar.

Não sem sentido essa tensão de lógicas territoriais distintas se faz presente com todo o seu peso na questão energética. Afinal, se o dinheiro se constitui, por um lado, na energia simbólica necessária à lógica capitalista, o combustível fóssil é, por outro lado, a energia material que permite aumentar o potencial de produção de mais valia de todo o complexo industrial que produz as mercadorias.

Para aqueles que têm posto o acento não na contradição entre o Império e o Imperialismo (e o Estado Nacional nele embutido) mas sim no fato de atribuir às grandes corporações multinacionais e aos mercados financeiros um poder maior que o dos seus próprios estados de origem, que teria caracterizado a euforia americana dos anos 90, concordamos com José Luiz Fiori quando nos diz que “passado o período das grandes compras e fusões transnacionais, todos os balanços feitos indicam que, no caso dos setores estratégicos –do ponto de vista tecnológico e militar–, o fator nacional foi decisivo e houve intervenções estatais das grandes potências sempre que alguma de suas grandes corporações se viu ameaçada por capitais estrangeiros”.

É no campo de ação direta dos gestores das finanças mundiais com sua lógica imperial –o mercado financeiro propriamente dito– que reina mais do que em qualquer outro campo, até porque a matéria que nele circula é realmente²⁵ simbólica, o mundo da comunicação por suporte informático (telemático) onde se valoriza, sobretudo, a existência de um mundo virtual. Considere-se, ainda, o significado que tem, nesse mundo e para esses protagonistas, a idéia de que não há limite até mesmo para os dias e noites porque as bolsas funcionam 24 horas. Afinal, não há limite para os números e aqui, já o vimos, estamos no mundo da expressão da riqueza e não da riqueza mesma. Trata-se do que, apropriadamente, tem sido chamado de capital volátil que é aquele capital que se desprende da materialidade do espaço concreto e que tenta submeter as diferentes qualidades que habitam esse espaço à sua lógica, à lógica da quantidade.

A mais completa figura em nosso mundo é apresentada da perspectiva monetária. Daqui pode-se ver um horizonte de valores e uma máquina de distribuição, um mecanismo de economia e um meio de circulação, um poder e uma linguagem. [...]

As grandes potências industriais e financeiras produzem, desse modo, não apenas mercadorias mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico: produzem necessidades, relações sociais, corpos e mentes –ou seja, produzem produtores. [...]

[Assim] um lugar onde deveríamos localizar a produção biopolítica de ordem é nos nexos imateriais da produção de linguagem, da comunicação e do simbólico que são desenvolvidos pelos meios de comunicação. [...]

A mediação é absorvida dentro da máquina produtiva. A síntese política do espaço social é fixada no espaço de comunicação. É por isso que as

indústrias de comunicação assumiram posição tão central. Elas não apenas organizam a produção numa nova escala e impõem uma nova estrutura adequada ao espaço global, mas também tornam imanente sua justificação. O poder, enquanto produz, organiza; enquanto organiza fala e se expressa como autoridade. A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as. As indústrias de comunicação integram o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico, não colocando-os a serviço do poder mas integrando-os, de fato, em seu próprio funcionamento (Negri e Hardt, 2001: 51-52).

Estamos, assim, diante de um deslocamento do *locus* de produção de necessidades que E. Thompson (Thompson, 1998) nos havia chamado a atenção. Não é mais exclusivamente nos seio da família ou mesmo da escola que se dá a conformação da subjetividade que, assim, se desloca para essas máquinas de fabricação capitalística de subjetividade, conforme gostava de chamar Félix Guattari (Guattari, 1982). Mais uma vez, é do espaço social como um todo que estamos falando e é sobre a decisão de coisas tão simples, e tão fundamentais como o pão nosso de cada dia, que estamos tendo que nos reapropriar.

Esses mesmos meios de comunicação vêm caracterizando como movimentos “anti-globalização” todo o conjunto de manifestações que vem se fazendo à escala global e que traz em seu bojo movimentos que comportam múltiplas dimensões, inclusive as territoriais. No entanto, esses movimentos sinalizam para outros possíveis regimes de poder à escala global (Milton Santos) indicando, assim, que a escala global, mundial ou planetária se coloca como necessária para todo e qualquer protagonista e que já não é mais monopólio dos “de cima” fazer relações internacionais, como tem sido até aqui.

A natureza revisitada

Há um outro campo, ainda, –o campo ambiental– onde a tendência para a conformação de uma ordem global (imperial) vem ganhando uma enorme legitimidade, talvez só comparável aos direitos humanos. E, aqui, não poderia ser maior o conjunto de contradições que faz emergir entre territorialidades distintas. Indiquemos, de início, que todo um conjunto de idéias e práticas que conformam esse campo aponta claramente para uma “consciência planetária” e nos convida a nos sentirmos membros de uma “comunidade de destino” (Balandier) mundial, global, planetária (Gonçalves, 2001a). Afinal, estamos diante de riscos globais, havendo até mesmo autores, como Giddens (Giddens, 1991) e Beck (Beck, 1992), que vão caracterizar a sociedade moderna como “sociedade de risco”.

No interior desse campo os Estados Nacionais parecem não ter possibilidades de superar problemas que ultrapassam suas fronteiras posto que as dinâmicas da natureza não as respeitam. Todavia, o mesmo poderia ser invocado com relação à *propriedade privada incondicional e absoluta* que, como vimos, é um dos fundamentos da constituição do Estado Territorial Moderno. Afinal, numa sociedade em que a produção é regida por uma lógica da concorrência que aciona uma busca de aumento da produtividade e, assim, um ritmo incessante que tende para o infinito porque o que busca é a expressão quantitativa da riqueza na sua imaterialidade, os tempos naturais, culturais e psíquicos acabam por ser atingidos ensejando efeitos e contradições várias. Tudo indica que a *propriedade privada incondicional e absoluta* seja mais um dos limites (essência da política, insisto) que precisamos por mais abertamente em debate. O proprietário privado não pode reinar tão soberanamente como reinou até aqui, conforme Karl Polanyi (Polanyi, 1978) já nos havia alertado.

Além disso, esse campo ambiental também expõe outras e enormes contradições que reinam no atual “caos sistêmico” que caracteriza a geografia do mundo contemporâneo. Destaquemos o fato de 20% da população mundial ser responsável pelo consumo (produtivo e improdutivo) de cerca de 80% da energia e das matérias primas manipuladas anualmente em todo o planeta. Informação que põe em xeque o argumento malthusiano tão invocado nesse mesmo campo, quando se sabe, com Elmar Altvater (Altvater, 1994), que um estadunidense médio consome o equivalente a mais de 170 etíopes ou a mais de 50 paquistaneses, o suficiente para indicar que um bebê põe mais em risco o planeta quando nasce sob o regime de produção de subjetividades mercantilmente estimuladas. É o que Altvater chamou de regime de produção de bens oligárquicos, ou seja, aquele regime que se funda na produção de bens que só podem existir se for para poucos, pois se todos têm esses bens os riscos de todos aumentam²⁶. É toda a ordem moderno-colonial que se acha, assim, em xeque –princípio de igualdade, por exemplo– na medida que seu modo de vida é impossível de se generalizar para todo o planeta. A idéia de dominação da natureza, central para o pensamento moderno europeu, é posta em questão não somente porque se aponta a degradação ambiental ou o esgotamento de recursos naturais²⁷, mas porque junto com a natureza emergem múltiplos sujeitos que até aqui vinham se mantendo à mantendo nos marcos das territorialidades ora em crise.

Há, ainda, no interior desse campo todo um debate acerca da diversidade biológica que tem, de uma lado, todo o setor industrial ligado à biotecnologia e, por outro lado, proporciona a possibilidade de múltiplos povos e culturas se apresentarem à cena política como se pode ver por meio da mobilização de populações camponesas, indígenas ou comunidades negras em amplas regiões da América Latina (México, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Brasil, conforme Escobar, 1996; Leff, 2000; Gonçalves, 2001b; Garcia Linera, 2001). Até mesmo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil resignifica suas lutas

incorporando-se de modo próprio ao campo ambiental reforçando a perspectiva socioambiental que, no Brasil, foi inaugurada pelos seringueiros e teve sua liderança de maior expressão o ecosocialista Chico Mendes (1944-1988) (Gonçalves, 2001a e Gonçalves, 2001b).

Destaque-se, ainda, que é no interior deste campo ambiental que tem sido grande a tensão entre gestores territorialistas nacionais, militares sobretudo, e gestores territorialistas que operam à escala global. As organizações não-governamentais estão, também aqui, fortemente implicadas nessas relações contraditórias. Afinal, trata-se de determinar usos diferenciados aos recursos naturais e a natureza, sabemos, além de portar “recursos naturais” é, também, fonte de recursos simbólicos, de ideologias românticas territorializadas, como os nacionalismos e regionalismos (sangue e terra, por exemplo) que, de uma forma ou de outra, têm se nutrido, até aqui, do conceito moderno de soberania mutuamente excludente. E o ambientalismo, por seu lado, tem se inspirado na mesma natureza para construir uma ideologia planetarista, da Mãe Terra em franco contraste com a Pátria Mãe.

O comércio e a cultura – o direito das gentes

A tensão de territorialidades pode ainda ser observada nas discussões da Organização Mundial do Comércio (ex-GATT) onde a lógica imperial dos gestores financeiros entra em conflito com as diferentes territorialidades que constituem os Estados Territoriais Nacionais, assim como outras que buscam “um lugar no mundo”²⁸. Aqui tanto os bens materiais como os imateriais (culturais) são objeto de intensas e tensas lutas por/contra barreiras e proteções²⁹.

Nesse âmbito ganha particular relevância o debate sobre a propriedade intelectual pelo caráter social e coletivo de bens intangíveis, como o conhecimento, como no conflito entre aquele(a)s que querem colocar barreiras, por patente, e aquele(a)s que querem garantir acesso livre para sementes e cultivares; àquele(a)s que querem colocar barreiras, por patente, ou acesso livre aos remédios e fármacos; ao embate entre o(a)s que querem os softwares livres e aquele(a)s que os querem barrados por patente (Linux-Microsoft); assim como o debate sobre os direitos autorais coloca como interlocutores válidos, pelo conhecimento que produzem, várias populações e suas culturas que foram até aqui desqualificadas³⁰.

É interessante observar que nesse seio surge aquilo que parecia impossível, qual seja, uma espécie de “internacional camponesa”, como a Via Campesina³¹. Talvez aqui venha se tornando mais explícito do que em qualquer outro campo a tensão de territorialidades e todo o potencial de que nosso mundo está grávido por novas territorialidades. Aqui está em jogo os diferentes sabores com que nos

alimentamos no dia a dia que, sabemos, implica saberes (*savoir* e *savoir*) e, assim, é toda a cultura que está implicada. Até mesmo as paisagens, para nosso conforto e lazer, posto que foram conformadas pelas mais diferentes práticas culturais (daí dizer-se agri+cultura) que, assim, estamos vendo, nos oferecem mais do que alimentos e matérias primas. É a multifuncionalidade da agricultura, muito próxima do que Enrique Leff vem chamando de racionalidade ambiental, enfatizando seu caráter político e de justiça social, junto com suas dimensões técnica e cultural (Leff, 1994; 1998; 2000 e 2001).

Fim das fronteiras: para os migrantes, novos muros

Um dos maiores desafios que se apresenta no desenho possível de novas territorialidades diz respeito ao fenômeno dos enormes deslocamentos populacionais de nossa época. “Um espectro persegue o mundo, o espectro da migração. Todos os poderes estão aliados numa impiedosa operação contra ela, mas o movimento é irresistível. Junto com a fuga do chamado Terceiro Mundo, existe um fluxo de refugiados políticos e a transferência de força de trabalho intelectual, além dos movimentos em massa do proletariado agrícola, industrial e de serviços. Os movimentos legais e com documentos são esmagados pelas migrações clandestinas: as fronteiras da soberania nacional são peneiras, e toda tentativa de regulamentação completa sofre violenta pressão” (Negri e Hardt, 2001: 233).

Há, aqui, mais do que produção e reprodução da força de trabalho para o capital e que tem sido quase sempre analisado pelo prisma da regulamentação das condições técnicas do trabalho pelo capital. Há, também, um desejo irreprimível de liberdade. Não resta dúvida que o que essa multidão procura deixar para trás são as condições miseráveis, quase sempre derivadas do modo como suas comunidades e regiões são envolvidos (na verdade (des)-envolvidos, conforme Gonçalves, 2001b) pela ordem moderno-colonial e, o que buscam

...é a abundância de desejos e a acumulação de capacidades de expressão e produção que os processos de globalização determinaram na consciência de todo indivíduo e de todo grupo social –e, portanto, uma certa dose de esperança. A deserção e o êxodo são uma forma poderosa de luta de classes, dentro da pós-modernidade imperial e contra ela. Essa mobilidade, entretanto, ainda constitui um nível espontâneo de luta e hoje leva com muita frequência a novas condições desarraigadas de pobreza e miséria (Negri e Hardt, 2001: 233).

Nesse contexto dos grandes deslocamentos populacionais do mundo de hoje temos tanto as máfias que traficam gente, como cada vez mais se vê nos noticiários, como naqueles caminhões frigoríficos que transportavam europeus

orientais e asiáticos para a Inglaterra; ou navios que vagam sem que os diversos estados queiram receber as massas de refugiados que só aumentam, como, recentemente (outubro de 2001), os afegãos que a Austrália se recusou a receber desconsiderando a legislação internacional; e, ainda, e numa outra direção, o elevado número de uma migração seletiva de trabalho altamente qualificado (informática, por exemplo), como a de indianos e paquistaneses trabalhando nos Estados Unidos e na Inglaterra, assim como de africanos com formação superior trabalhando na Europa (números não muito precisos indicam, nesse caso, mais de 100.000) e, assim, temos trabalho qualificado aumentando a produtividade dos lugares e regiões onde a riqueza é mais concentrada reproduzindo a desigualdade entre países, regiões e comunidades e, assim, reforçando o duplo movimento de migração de gente qualificada e de miseráveis.

Temos, ainda, e num outro sentido, os imigrantes equatorianos na Espanha que em manifestações contra sua expulsão do país apresentaram a carta de Cristóvão Colombo de descoberta da América como o documento que deveria servir de base para garantir seu direito ao trabalho assim como sua permanência no país. Na Colômbia, os “desplazados” já somam 2.000.000 sobre uma população total de 30.000.000, indicando um fenômeno novo na medida que, nesse caso, não se trata de migrantes que, de uma forma ou de outra, ainda que impelidos pela circunstâncias, esperam, isto é, têm esperança de, com o deslocamento, melhorar suas condições vida. Não, os “desplazados” não esperam com o deslocamento melhorar as condições de vida. Ao contrário, exatamente porque têm a esperança de poder voltar o mais breve possível para suas comunidades se deslocam, inicialmente, para lugares próximos aos seus “pueblos” e comunidades. Aqui, se revela todo o limite do Estado nacional colombiano para garantir que sua própria população possa permanecer onde estava e a ONU já inicia gestões para atuar nesse campo.

É preciso destacar que a Colômbia é o país que, no mundo, apresenta o maior número de “desplazados” enquanto o Afeganistão apresenta o maior número de refugiados do mundo e, nesse momento (2001) seus territórios estão sob a ação direta de um poder imperial que se sobrepõe às comunidades e “pueblos”³², seja através do Plano Estados Unidos/Colômbia (mais conhecido como Plano Colômbia) ou da guerra contra o terrorismo, o que indica a complexa tensão de territorialidades, ainda mais se considerarmos o recente atentado contra o World Trade Center e o Pentágono que nos dá, trágica e espetacularmente, a dimensão global dos conflitos.

Saliento, todavia, o ponto que, acredito, deva ser o alvo de atenção –o da busca de novos regimes de poder por meio de novas territorialidades. E, aqui, quero me aproveitar dessa dupla dimensão mobilidade-permanência que está implicada não só nos múltiplos movimentos que clamam por demarcar suas terras, seus territórios como, também, por essa ampla mobilidade populacional.

Talvez para isso devamos destacar o caso das comunidades negras da Colômbia e do Brasil com seus *palenques* e seus quilombos (ou quilombolas), respectivamente. Essas comunidades negras se deslocaram em busca da liberdade contra a escravidão que lhes era imposta quando da constituição do mundo moderno na América Latina. Ali constituíram seus territórios à revelia do Estado que, sabemos, não os incorporara enquanto portadores de direitos, até muito recentemente. Hoje, pelas possibilidades abertas à escala mundial pelas contradições de regimes de poder se apresentam como protagonistas políticos reivindicando, exatamente, a consagração das terras onde constituíram seus territórios de liberdade. Portanto, a questão que se apresenta não é simplesmente a do direito de ir e vir, tão destacado pelo liberalismo mas, também o direito de permanecer. E, mais do que isso, o direito de soberanamente decidirem/pactuarem o permanecer ou o deslocar.

Deixando em aberto as novas territorialidades

As fronteiras, comportam o *front* e trazem consigo, sempre, a memória das lutas que as engendraram. Portanto, mais do que o espaço absoluto dos territórios soberanos dos Estados modernos destacamos seu caráter aberto (poroso) e contraditório, tanto no *front* interno como no *front* externo. Há, sempre, por trás do instituído o processo instituinte e, no caso da fronteira, o limite explicita o seu caráter essencialmente político.

Mas se os limites das fronteiras se mostram tão explícitos quando separa o *front* interno do externo, nem sempre o faz tão claramente quando se trata de ver os processos instituintes, sobretudo, quanto aos seus protagonistas. Por isso destacamos que além dos limites entre as ciências, cada uma com seus territórios rígidos de conhecimento, devemos estar atentos para outros conhecimentos até aqui considerados numa hierarquia inferiorizante (como o caso das ciências humanas diante das ciências naturais; da filosofia e da arte diante da ciência) e, indo um pouco além, devemos atentar, também, para *outros* conhecimentos produzidos por *outros* protagonistas com *outras* matrizes de racionalidade.

Enfim, todo o processo que oferecemos à análise deve ter em mente o haitiano Toussaint de L'Ouverture, os equatorianos que querem que se descubra a América na Espanha de hoje, ou a memória dos negros constitucionalizados como 3/5 de um branco nos Estados Unidos e que estão vivas num mundo que tem um grupo como o G-7 e, ainda, tem o direito de veto sendo praticado no Conselho de Segurança da ONU como se, ainda, houvesse países e povos que valem 3/5 de outros povos.

A época dos descobrimentos europeus e a comunicação cada vez mais intensa entre os espaços e povos da terra, que veio em seguida, sempre

carregaram dentro de si um real elemento de utopia. Mas tanto sangue foi derramado, tantas vidas e culturas foram destruídas, que parece muito mais urgente denunciar a barbaridade e o horror da expansão da Europa Ocidental (e também dos EUA, dos soviéticos e dos japoneses). Achamos importante, entretanto, não esquecer as tendências utópicas que sempre acompanharam a marcha rumo à globalização, ainda que essas tendências tenham sido continuamente derrotadas pelos poderes da soberania moderna. O gosto da diferença e a crença na liberdade universal e na igualdade dos seres humanos, próprios do pensamento revolucionário do humanismo da Renascença, reaparecem aqui em escala global. Esse elemento utópico da globalização é o que nos impede de simplesmente cair de volta no particularismo e no isolacionismo, em reação às forças totalizantes do imperialismo e da dominação racista, induzindo-nos, em vez disso, a forjar um projeto de contra-globalização, de contra-Império. Esse momento utópico, entretanto, nunca deixou de ser ambíguo. É uma tendência que constantemente entra em conflito com a ordem soberana e a dominação (Negri e Hardt 2001: 132).

Há, assim, um novo campo que é, ao mesmo tempo, local, regional, nacional³³ e global, ou imperial como querem Negri e Hardt que, por sua vez, tem ensejado a oportunidade histórica para que novos protagonistas locais e regionais venham à cena política. É nesse imbricação de escalas que novas territorialidades devem ser buscadas. Mais do que a geografia estamos diante de geo-grafias, enfim, do desafio geo-grafar nossas vidas, nosso planeta, conformando novos territórios, novas territorialidades.

Bibliografia

- Albuquerque Jr., Durval Muniz 1996 *A Invenção do Nordeste e outras artes* (Recife-São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco-Ed. Massangana e Cortez).
- Altvater, Elmar 1994 *O Preço da Riqueza* (São Paulo: Edunesp).
- Anderson, Perry 1976 *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo* (Porto: Publicações Escorpião-Ed. Afrontamento)
- Anderson, Perry 1984 *Linhagens do Estado Absolutista* (Porto: Afrontamento).
- Arrighi, Giovanni 1994 *O Longo Século XX* (São Paulo: Contraponto-Unesp).
- Bachelard, Gaston 1982 “Poética do Espaço”, em *Os Pensadores* (São Paulo: Abril ed.).
- Beck, U. 1992 *Risk Society. Towards New Modernity* (Londres: Sage).
- Bernardo, João 2000 *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores* (São Paulo: Boitempo).
- Berthelot, Yves 1994 “Globalisation et Regionalisation: une mise en perspective”, em *Integration-desintegration regionale à l`echelle des continents*, Seminário GEMDEV-EADI (Paris) 13-14 mai 1993.
- Boëtie, Etienne La 1982 *Discurso sobre a Servidão Voluntária* (São Paulo: Brasiliense).
- Bourdieu, Pierre 1989 *O Poder Simbólico* (Lisboa-Rio de Janeiro: Difel-Bertrand).
- Capra, Fritjof 1988 *Sabedoria Incomum* (São Paulo: Cultrix).
- Cassirer, Ernst 1977 *Antropologia Filosófica – Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana* (São Paulo: Mestre Jou).
- Castoriadis, Cornelius 1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Ceceña, Ana Esther 2001 “El Nuevo Pensamiento y la Transformación de la lucha en Argentina – entrevista com Victor de Gennaro”, em *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era) N° 11.
- Clastres, Pierre 1982 *Arqueologia da Violência – Ensaio de Antropologia Política* (São Paulo: Brasiliense).
- Claval, Paul 1978 *Espaço e Poder* (Rio de Janeiro: Zahar).

- Claval, Paul 1999 *A Geografia Cultural* (Florianópolis: Edufsc)
Correio Brasiliense (Brasília, D.F.).
- de Souza Santos, Boaventura 1996 *Um Discurso sobre as Ciências* (Porto: Afrontamento, 8ª edição).
- de Souza Santos, Boaventura 1997 *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade* (São Paulo: Cortez, 3ª edição).
- de Souza Santos, Boaventura 2000 *Introdução a uma Ciência Pós Moderna* (Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição).
- Duby, Georges 1982 *As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo* (Lisboa: Estampa).
- Duvignaud, Jean 1977 *Livres et non Lieux* (Paris: Galilée).
- Escobar, Arturo 1996 *La Invención del Tercer Mundo – Construcción y Deconstrucción del Desarrollo* (Santa Fé de Bogotá: Norma).
- Espinosa, Myriam Amparo 2001 *Contraste entre Miradas Colonizadoras y Subalternas sobre Plan Colombia* (Cauca: mimeo).
- Foucault, Michel 1976 “Questions à Michel Foucault sur la Géographie”, em *Heródote* (Paris) N° 01.
- Foucault, Michel 1979 *Microfísica do Poder* (Rio de Janeiro: Graal).
- Fourquin, Guy 1987 *Senhorio e Feudalidade na Idade Média* (Lisboa: Edições 70).
- Funtowicz, Silvio e de Marchi, Bruna 2000 “Ciência Posnormal, Complejidad Reflexiva y Sustentabilidad”, em Leff, Enrique (coordinador) *La Complejidad Ambiental* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- García Linera, Álvaro 2001 “Multitud y Comunidad – La Insurgencia Social en Bolívia” em *Revista Chiapas* (México, UNAM/Ediciones Era) N° 11.
- Giddens, Anthony 1989 *A Constituição da Sociedade* (São Paulo: Martins Fontes).
- Giddens, Anthony 1991 *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age* (Cambridge: Polity).
- Gonçalves, Carlos W. Porto 1996 “Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável” em *Revista Terra Livre* (São Paulo: Marco Zero-AGB) N° 11-12.
- Gonçalves, Carlos W. Porto 2000 “Para Além da Crítica aos Paradigmas em Crise: Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade”, em *Anais do III Encontro Iberoamericano de Educação Ambiental* (Caracas).

- Gonçalves, Carlos W. Porto 2001a *Geo-grafías. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad* (México: Siglo XXI).
- Gonçalves, Carlos W. Porto 2001b *Amazônia, Amazônias* (São Paulo: Contexto).
- Gonçalves, Carlos W. Porto 2001c “Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade” em *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade* (São Paulo: Educ-Fapesp).
- Gonçalves, Carlos W. Porto 2001d “Para Além da Crítica aos Paradigmas Em Crise; Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade”, em VII Coloquio de Geografía Universidad del Cauca, Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Programa de Geografía del Desarrollo Regional y Ambiental (Colômbia).
- Gonçalves, Carlos Walter Porto 1989 *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente* (São Paulo: Contexto).
- Gras, Alain 1993 *Grandeur et Dépendence. Sociologie des Macrosystèmes Thecniques* (Paris: Presses Universitaire de France).
- Guattari, Felix 1982 *Micropolítica - Cartografias do Desejo* (Rio de Janeiro: Brasiliense).
- Guigou, Jean-Louis 1995 *Une Ambition pour le territoire. Amenager le temps et l'espace* (Paris: Laube-Datar).
- Harvey, David 1989 *A Condição Pós-Moderna* (Rio de Janeiro: Loyola).
- Humbert, Marc 1991 “Perdre pour gagner? Thecnique ou Culture, Thecnique et Culture” em *Espaces Temps* N° 45-46.
- Lander, Edgardo (compilador) 2000 *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales –perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: Clacso-Unesco).
- Latour, Bruno 1989 *Nós Jamais Fomos Modernos* (Rio de Janeiro: Ed. 34).
- Le Goff, Jacques 1980 *Para Um Novo Conceito de Idade Média - tempo, trabalho e cultura no ocidente* (Lisboa: Estampa).
- Le Goff, Jacques 1983 *A Civilização do Ocidente Medieval* Vol. I e II (Lisboa: Estampa).
- Leff, Enrique 1994 *Ecología y Capital* (México: Siglo XXI).
- Leff, Enrique 1998 *Saber Ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).

- Leff, Enrique 2000 “Pensar la Complejidad Ambiental”, em Leff, Enrique (coordinador) *La Complejidad Ambiental* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- Leff, Enrique 2001 *Epistemologia Ambiental* (São Paulo: Cortez).
- Lévy-Strauss, Claude 1989 *O Pensamento Selvagem* (São Paulo: Papyrus).
- Mangabeira, Nancy 2001 *Da Foz à Nascente - o Desafio do Rio* (São Paulo: Cortez).
- Marx, Karl e F. Engels 1947 *The German Ideology* (Nueva York: International Publishers).
- Moscovici, Serge 1972 *A Sociedade Contra a Natureza* (Petrópolis: Vozes).
- Mumford, Lewis 1973 *A Cidade na História* (2 vols.) (Brasília: UnB).
- Negri, Antonio e Michael Hardt 2001 *Império* (Rio de Janeiro-São Paulo: Record).
- Parsons, Talcott 1952 *Toward a General Theory of Action* (Cambridge: Harvard University).
- Polanyi, Karl 1978 *A Grande Transformação* (São Paulo: Campus).
- Prigogine, Illia e Isabelle Stengers 1991 *A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência* (Brasília: UnB).
- Quaini, Massimo 1982 *Marxismo e Geografia* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Quaini, Massimo 1983 *A Construção da Geografia Humana* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Quijano, Anibal 2000 “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina” em Lander, Edgardo (compilador) *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: Clacso-Unesco).
- Raffestin, Claude 1993 *Por Uma Geografia do Poder* (São Paulo: Ática).
- Santos, M 1996 *A Natureza do Espaço – técnica e tempo / razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Simondon, Gilbert 1989 *Du Monde d’Existence des Objects Techniques* (Paris: Aubier).
- Sodré, Muniz 1988 *O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira* (Petrópolis: Vozes).
- Soja, Edward W. 1993 *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica* (Rio de Janeiro: Zahar).

Thompson, Edward 1983 *A Miséria da Teoria* (Rio de Janeiro: Zahar).

Thompson, Edward 1998 *Costumes em Comum : Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional* (São Paulo: Cia das Letras).

Werlen, Benno 1993 *Society, Action and Space: an alternative human geography (1988)* (Londres, Routledge).

Winner, Langdon 1985 “Do Artifact Have Politics”, em Machenzie, D. e J. Wacjman *The Social Shaping of Technology* (Philadelphia: Open University Press, Milton Keynes).

Notas

1 Da mesma forma que não considera pertinente lembrar-lhe que o seu conhecimento é tão provinciano–europeu- como qualquer outro conhecimento é, sempre, histórica e geograficamente situado. Aliás, dizer-se somente que os entes são historicamente situados abre, sempre, espaço para que se coloque os diferentes entes que co-habitam o mundo numa perspectiva evolucionista. Considerar o espaço nos obriga a por em debate a dimensão do poder.

2 Em que o sujeito interfere no objeto lá mesmo no interior das ditas “ciências exatas” e independentemente da ideologia do investigador.

3 Afinal, todo ser vivo se caracteriza pela sua autonomia-dependência diante do entorno de onde retira seu alimento por meio do conhecimento de seus poros, lugar de abertura e fechamento, ao mesmo tempo. Assim, cheiro, tato, audição, além da visão, são fontes de conhecimento. O sentido da visão é tão forte na cultura europeia moderna que diz-se que um homem inteligente não é o homem que ouve bem, mas o homem que vê longe que, assim, é um homem de *visão*.

4 E sabemos toda a carga positiva que essa idéia de novo passa a ter no contexto do pensamento moderno europeu. O novo parece ser bom pelo simples fato de ser novo e o velho parece ser ruim pelo simples fato de ser velho. Não se entra no mérito do que é. É o que Umberto Eco chamaria de fundamentalismo do novo.

5 Observemos, no entanto, que esses pensadores são chamados por um nome de um outro pensador que sequer conheceram –Sócrates- e, assim, são todos chamados por um nome só –pré-socráticos-, assim como os diferentes povos do mundo foram chamados indígenas ou aborígenes.

6 Numa época, registre-se, em que a Grécia pertencia muito mais ao mundo oriental do que a atual Europa que não passava de uma península da Ásia habitada por bárbaros.

7 É interessante observar como na linguagem do senso comum verdade e razão são termos que se equívalem. Sempre se debate para saber quem tem razão, quem está com a verdade. O mais interessante é que “o dono da verdade” é, quase sempre, visto com ressalva o que indica que tão importante como saber quem está com a razão ou quem está com a verdade é o debate para se chegar à razão e à verdade. Mais uma vez retornamos à ágora grega.

8 Que, nesse caso, está muito próxima de Theo-logia.

9 Tirania quando *um* define os *limites* para todos. Oligarquia quando *poucos* definem os *limites* e Democracia quando *todos* os Cidadãos definem os *limites* para todos.

10 Riscos esses, diga-se de passagem, produzidos e intensificados por uma razão instrumental que se propunham dominar a natureza (Efeito Estufa, Diminuição da Camada de Ozônio, Efeitos da Vaca Louca, Diminuição da Diversidade Biológica, Chuvas Ácidas, Lixo Radioativo, entre outros, têm todos em comum a contribuição decisiva do complexo tecnológico moderno-colonial).

11 Sabendo-se que um grau de longitude equívale a uma hora; uma hora a 60 minutos e um minuto a 60 segundos.

12 O Big Ben de Londres dá a *hora certa* do mundo.

13 A geografia, enquanto saber que se manteve preso ao espaço, pagou um preço caro por isso. Por ter se desenvolvido preocupada com o espaço teve que lidar com a relação da sociedade com a natureza e, assim, também se reconheceu mal na divisão do trabalho científico entre ciências naturais e ciências sociais. O paradigma de cientificidade hegemônico herdado exigia esse recorte entre o natural e o histórico e eis mais uma razão para que a geografia fosse desqualificada na hierarquia de poder científico. Essa indefinição entre o natural e o social era suficiente para que se desqualificasse o conhecimento como um conhecimento pré-científico. “Aliás, sempre houve ciências que se reconheceram mal nestas distinções e tanto que se tiveram que fraturar internamente para se lhes adequarem minimamente. Refiro-me à antropologia, à geografia e também à psicologia. Condensaram-se nelas privilegiadamente as contradições da separação ciências naturais/ciências sociais. Daí que, num período de transição entre paradigmas, seja particularmente importante, do ponto de vista epistemológico, observar o que se passa nessas ciências” (de Sousa, 1996: 40).

14 Aquilo que os geógrafos, de uma maneira até certo ponto pueril, dizem ser o seu objeto de estudo –a organização do espaço- é, na verdade, um atributo do Estado que o realiza por meio dos gestores territorialistas, funcionários do Estado, entre eles os geógrafos. Na verdade, para os geógrafos a organização do espaço é, quase sempre, um objeto de desejo.

15 Essa questão se coloca até mesmo no plano da busca de novos paradigmas na medida que todo paradigma é instituído tendo, portanto, processos e sujeitos instituintes.

16 O caso brasileiro é exemplar dessa tese. Somente em 1823, portanto, um ano após a independência do Brasil de Portugal, as elites luso-amazônidas resolveram se aliar ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, integrando a atual Amazônia, então Província do Grão-Pará e Rio Negro, dando os contornos aproximados ao território do Brasil de hoje. Registre-se que esses 54% do território foram integrados ao Brasil porque as elites lusas da Amazônia temiam a abolição da escravidão em Portugal e, deste modo, associando-se ao Rio de Janeiro, a escravidão permaneceria. Talvez aqui encontremos boas razões para o perfil de enorme concentração de riqueza e poder reinante no território da sociedade brasileira (Gonçalves, 2001b).

17 Na Geografia houve quem dissesse (Vidal de la Blache) que era uma ciência dos lugares, não do homens. Ou então B. Werlen diz que ‘se *ação*, em lugar do *espaço*, se tornasse o objeto central da geografia social, o *arranjo* espacial dos objetos seria relevante não como uma causa, mas como uma condição e uma consequência necessária da ação humana’ (Citado por Milton Santos, op. Cit, p. 68).

18 A mesma quantidade de trabalho humano não produz a mesma riqueza se opera com petróleo ou com outra forma de energia. Deste modo se apropriar de reservas de petróleo é se apropriar de mais valia potencial na medida em que energia -capacidade de trabalho- é mais valia potencial.

19 Já podemos perceber aqui a importância do poder de dizer o que é e o que não é a realidade e, por aí, a importância não só dos intelectuais que ao dizerem condicionam o ver mas, nos dias que correm, a importância dos meios de dizer e de condicionar o ver, ou seja, a importância dos *mass media*. Ver a esse respeito o excelente livro “A Invenção do Nordeste” de Durval Muniz Albuquerque Jr. (Albuquerque, 1996).

20 E, completa “enquanto outros especialistas podem acolher, na listagem de ações e na população de objetos, aqueles que interessam aos seus estudos setoriais, o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações” (Santos, 1996: 257-8). Ou, ainda, quando nos ensina que “a significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social” (Santos, 1996 : 63).

21 Poderíamos aqui explorar as pistas entre espaço e poder com a visão. Basta-nos indicar o *Panopticum* de J. Bentham recuperado por Michel Foucault como metáfora e prática e observarmos os (tele)visores que nos filmam nas ruas e nos edifícios na nova sociedade de controle.

22 Não há como deixar de explicitar a inspiração do tempo de longa duração de F. Braudel.

23 Sabe-se que somente 20 andares pertenciam a uma das maiores empresas do mundo financeiro e, ainda, que ali funcionava um importante escritório da CIA.

24 Não esqueçamos que nos referíamos ao imperialismo sempre com uma qualificação geográfica nacional (imperialismo alemão, imperialismo belga, imperialismo ianque, imperialismo francês, imperialismo italiano, imperialismo japonês , entre outros).

25 E não virtualmente.

26 Aqui, um dos pilares da modernidade, ou seja, aquele que diz que homens e mulheres são iguais, fica ameaçado.

27 Elmar Altvater (Altvater, 1994) nos dá uma listagem da dependência de recursos minerais por parte dos países hegemônicos.

28 Inspiro-me aqui na memória de um filme argentino com esse nome.

29 Mais uma vez, limites e, com eles, o sentido pleno da política (arte de definir limites, repito).

30 É significativo da tensão de territorialidades que caracteriza os dias que correm, sobretudo após o 11 de setembro de 2001, que a OMC consiga fazer sua primeira reunião logo depois desse evento, em Novembro desse mesmo ano, a primeira que se dá sem que tenha amplas manifestações da sociedade civil, conforme vinha acontecendo ultimamente. A tranquilidade da referida reunião pode ser obtida em Doha, capital do Qatar no Oriente Médio, ali mesmo onde regimes políticos controlam rigidamente a participação da sociedade civil ao mesmo tempo que garantem o fluxo de petróleo ao ocidente.

31 Um cotejamento dessa experiência com o que diz o Manifesto Comunista de 1848 a respeito dos camponeses talvez se constitua num bom primeiro passo para reunir movimentos sociais distintos e apontar para possíveis novas perspectivas paradigmáticas e políticas.

32 Aqui é importante salientar que o governo colombiano, enquanto governo eleito, pode invocar a legitimidade jurídica e política para em nome do Estado fazer a mediação com os Estados Unidos. Todavia, devemos saber, também, que prefeitos de 17 municípios do norte da Colômbia, também eleitos, aceitam os termos que tanto as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como a ELN (Exército de Libertação Nacional) colocam para um acordo nacional e que, enquanto prefeitos, pretendem fazê-lo regionalmente, o que o governo nacional tem procurado a todo custo impedir. O mesmo pode ser visto no Departamento de Cauca, no

sul da Colômbia, em que o Bloco Social Alternativo, que recentemente (2000-2003) elegeu Floro Tunubalá, um indígena que, pela primeira vez, torna-se governador e apresenta um plano alternativo para erradicação manual da coca, contra a fumigação com glifosato feita com aviões do Plano Estados Unidos/Colômbia, acompanhado por um conjunto de medidas agrícolas/agrárias para dar alternativas às populações indígenas, camponesas e às comunidades negras da região e que, também, não tem recebido apoio do governo nacional para implementar essas medidas. Informe-se, ainda, que a principal exigência colocada para que haja um pacto entre as partes é o controle dos grupos paramilitares por parte do governo colombiano. E, sabemos, que o paramilitarismo é a interface mais visível da relação entre o Estado e o Paraestado, via tráfico de droga e de armas.

33 Não vejo nenhuma razão consistente para falar de local e global, somente, sobrepassando as escalas regional e nacional. Com nenhuma territorialidade é natural, pois todas são instituídas por sujeitos que se fazem a si próprios por meio das territorialidades que instituem, as escalas regionais e os territórios nacionais devem estar abertas ao debate e não negadas *a priori*, o que bem pode indicar uma concessão ao espacismo. E escala, não olvidemos, é também escada, degraus “em cima” e “em baixo”, linguagem topológica tão cara à política como centro e periferia.